

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1004419-12.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Planos de Saúde**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 16/07/2014 10:09:53 faço estes autos conclusos ao
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
 subscrevi.

RELATÓRIO

PAULO ROBERTO ALTOMANI propõe ação contra QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S/A, sustentando que contratou seguro de saúde com a ré, com direito ao reembolso de despesas médicas, e, no mês 12/11, realizou cirurgia para correção do septo nasal, em Jaú – SP, tendo solicitado o reembolso à ré, e apresentado toda a documentação exigida, a ré reembolsou R\$ 1.297,82 e não R\$ 8.289,18 como era de rigor. Tem direito à diferença de R\$ 6.991,26, desde a data do reembolso a menor em 10/04/12. O autor, então, por telefone, solicitou o cancelamento do contrato. A ré, mesmo assim, enviou boleto de cobrança no valor de R\$ 1.980,32 com vencimento em 24/04/12. O autor, por correspondência, informou ser indevida a cobrança, seja em razão do cancelamento, seja em razão do crédito que o autor ainda possuía perante a ré. A ré preferiu negar o autor. O autor tem direito à anulação da inscrição indevida. Sob tais fundamentos, pede (a) anulação da inscrição nos órgãos restritivos (b) condenação da ré ao pagamento de R\$ 6.991,26 (c) sucessivamente, caso se entenda legítima a cobrança de R\$ 1.980,32, a declaração do direito do autor de que tal dívida seja compensada com o crédito já mencionado.

A antecipação de tutela para o levantamento das negativações foi concedida mediante caução (fls. 42/44).

A ré apresentou contestação (fls. 52/62) sustentando que o plano foi cancelado em 19/05/12 em razão do inadimplemento da mensalidade do mês 04/12, de modo que a cobrança pelo período de vigência contratual é válida, pois houve a disponibilização dos serviços ao autor.

O autor apresentou réplica (fls. 168/169).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

1- Ressarcimento

O autor narrou, na causa de pedir, os problemas de saúde que fizeram necessária a realização de cirurgia e respectivo tratamento, assim como descreveu as despesas cuja complementação de ressarcimento postula nesta ação judicial, em razão do ressarcimento a menor efetuado pela ré no âmbito extrajudicial.

A(s) parte(s) ré(s), na(s) resposta(s), não se manifestou(aram) precisamente sobre tal(is) fatos. *Na verdade, a ré apresentou defesa genérica e vaga, sem análise do pleito de ressarcimento, e em que inclusive enfrenta um pedido de indenização por danos morais inexistente!*

O momento para se articular defesa a propósito é o da apresentação da resposta, ocasião em que "compete ao réu alegar ... toda a matéria de defesa" (art. 300, CPC), inclusive com o ônus da impugnação específica – não se admite defesa genérica -, sob pena de presunção de veracidade dos fatos narrados na inicial (art. 302, caput, in fine, CPC). Saliente-se que não se está diante de exceção legal em que admitida a arguição a posteriori (art. 303, CPC) ou que não prevaleça o ônus de impugnação específica (incisos e parágrafo único do art. 302, CPC).

Firma-se então a premissa de que os fatos se passaram como narrado pela(s) parte(s) autora(s), *observando-se que, no caso em tela, a inicial ainda está instruída com documentos comprobatórios de tais alegações.*

O ressarcimento postulado é de rigor.

2- Inscrição e Cobrança efetuadas pela ré

Quanto à cobrança, pela ré, de R\$ 1.980,32, dos autos verifica-se que refere-se a período com cobertura contratual, a despeito de, durante o período em questão ter havido problemas quanto ao ressarcimento, pela ré, das despesas noticiadas no item 1 acima. O incontroverso é que refere-se a período anterior à solicitação de cancelamento. Logo, o valor é devido.

Todavia, considerada a condenação da ré na obrigação de pagar quantia,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

que decorre da solução apresentada no item 1 acima, reconhece-se, como pleiteia o autor subsidiariamente na inicial, o direito à compensação, com saldo credor ao autor, motivo pelo qual deve ser anulada a inscrição nos órgãos restritivos, que se torna desnecessária. Em consequência, deve ainda ser levantada a caução depositada pelo autor.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação e (a) CONDENO a ré a pagar ao autor R\$ 6.991,26 com atualização pela tabela do TJSP e juros moratórios de 1% ao mês, ambos desde 10/04/12 (b) ANULO, em definitivo, a inscrição em órgão(s) restritivo(s) discutida nos autos (c) DECLARO o direito do autor de compensar sua dívida perante a ré com o crédito reconhecido no item "a" acima. Como o autor decaiu de parte mínima do pedido, CONDENO a ré em custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 1.000,00.

Levante-se imediatamente a caução em favor do autor.

Transitada em julgado, aguarde-se por 06 meses, salientando-se que caberá ao autor apresentar memória atualizada do débito, já deduzida a dívida que possui perante a ré, para se dar início ao cumprimento de sentença. *No silêncio, arquivem-se.*

P.R.I.

São Carlos, 25 de julho de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA